



ALOPAR PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO S.A.

CNPJ 20.692.513/0001-18

Balanco Patrimonial 31 de dezembro - Em milhares de reais					
Ativo	2023	2022	Passivo e patrimônio líquido	2023	2022
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	244	332	Outras obrigações	18	18
Dividendos a receber (Nota 7)	3.813	4.535	Dividendos a pagar (Nota 10)	23.762	27.544
Outros ativos	11	10		23.780	27.562
	4.068	4.877	Não circulante		
Não Circulante			Provisões trabalhistas (Nota 11)	930	930
Realizável a longo prazo				930	930
Depósito judiciário recursal	13	15		24.710	28.492
Investimentos (Nota 8)	414.756	431.101	Total do passivo		
Imobilizado (Nota 9)	400	410	Patrimônio líquido (Nota 12)		
	415.169	431.526	Capital social	80.000	80.000
			Ajuste de avaliação patrimonial	95.851	109.711
			Reservas de lucros	218.676	218.200
				394.527	407.911
			Total do patrimônio líquido		
			Total do passivo e patrimônio líquido	419.237	436.403
Total do ativo	419.237	436.403			

Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro		
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma		
	2023	2022
Despesas administrativas (Nota 13)	(48)	(51)
Equivalência patrimonial (Nota 8)	1.345	60.855
Lucro operacional	1.297	60.804
Despesas financeiras	(1)	(1)
Lucro líquido do exercício	(1)	(1)
Resultado financeiro	1.296	60.803
Lucro líquido do exercício	1.296	60.803
Lucro básico e diluído por ação (R\$)	0,01	0,76

Demonstração do resultado abrangente		
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais		
	2023	2022
Lucro líquido do exercício	1.296	60.803
Ganho por variação de participação no capital de investidas	-	3.108
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	(13.860)	(14.454)
Total do resultado abrangente do exercício	12.564	49.457

Demonstrações dos fluxos de caixa		
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais		
	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	1.296	60.803
Ajustes		
Depreciação	10	10
Equivalência patrimonial	(1.345)	(60.855)
Varições nos ativos e passivos		
(Aumento) redução de outros ativos	1	120
(Aumento) redução de outros passivos	-	(120)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(38)	(42)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Dividendos recebidos	4.552	19.912
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	4.552	19.912
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos aos acionistas	(4.602)	(19.855)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(4.602)	(19.855)
Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	(88)	15
No início do exercício	332	317
No final do exercício	244	332
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(88)	15

da Sintex Minerals & Services Inc. e suas controladas e no México através da Sintex Minerals & Service - México. Sejam os investimentos, sejam as transações de vendas realizadas pelo Grupo geram ativos em dólares e euros. Tais riscos a exposição cambial são mitigados através da contratação de ACCs e ACEs. Ademais a exposição cambial é acompanhada pela administração que avalia periodicamente os riscos existentes nos ativos e passivos atrelados a outras moedas. (ii) **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros** - O Grupo não possui uma exposição alta a ativos e passivos que variem fortemente em relação à taxa de juros, as maiores exposições são ao CDI no mercado interno brasileiro e a taxa básica da economia dos Estados Unidos ou mesmo da Espanha. (b) **Risco de crédito** - O risco de crédito é administrado corporativamente e por cada empresa do Grupo Curimbaba individualmente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber é considerado pela administração do Grupo como sendo baixo, contudo o monitoramento contínuo das operações é essencial para poder mitigar o risco de um crédito não ser recebido (c) **Risco de liquidez** - A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais do Grupo e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais, não obstante cada empresa do Grupo visa melhorar e manter sua liquidez. **4.2. Gestão de capital** - Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital do Grupo, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas ou quotistas das respectivas empresas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, emitir novas ações ou quotas ou ainda vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

5. Instrumentos financeiros por categoria		
	2023	2022
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa	244	244
Dividendos a receber	3.813	3.813
Passivos		
Dividendos a pagar	(23.762)	(23.762)
	(19.705)	(19.705)

6. Caixa e equivalentes de caixa		
	2023	2022
Caixa	-	1
Banco Bradesco S/A - Conta Corrente	244	331
	244	332

Os bancos com os quais a Companhia opera são considerados pela administração como bancos de primeira linha.

7. Dividendos a receber		
	2023	2022
Mineração Curimbaba Ltda.	3.813	4.535
	3.813	4.535

A movimentação desta conta está demonstrada abaixo:

	2023	2022
Saldo inicial	4.535	3.942
Dividendos disponibilizados pelas investidas	3.830	20.505
Dividendos recebidos	(4.552)	(19.912)
	3.813	4.535

8. Investimentos		
	2023	2022
Investimentos em coligadas	414.756	431.101
Total	414.756	431.101

(a) Informações das coligadas			
	Mineração Curimbaba Ltda.	GC Internacional Ltda.	
	2023	2022	2023
Ações/quotas da Companhia	770.000	320.000	-
Participação da Companhia	38%	38%	-
Patrimônio líquido	1.091.512	693.458	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(20.905)	185.845	(25.700)

Movimentação dos investimentos			
	Mineração Curimbaba Ltda.	GC Internacional Ltda.	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	402.097	-	402.097
Equivalência patrimonial	70.621	(9.766)	60.855
Dividendos propostos	(4.324)	-	(4.324)
Dividendos	(16.181)	-	(16.181)
Cisão (i)	(177.492)	177.492	-
Ganhos no aumento da participação (USEM)	-	3.108	3.108
Ajuste Conversão investidas no exterior	(11.207)	(3.247)	(14.454)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	263.514	167.587	431.101
Equivalência patrimonial	(7.945)	9.290	1.345
Dividendos propostos	(3.830)	-	(3.830)
Incorporação (ii)	168.594	(168.594)	-
Ajuste conversão investidas no exterior	(5.777)	(8.283)	(13.860)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	414.756	-	414.756

(i) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de novembro de 2022 foi aprovada a cisão parcial da controlada Mineração Curimbaba Ltda. com versão da parcela cindida para compor o capital social da GC Internacional Ltda. com base no balanço levantado em 31 de outubro de 2022. O Protocolo de Cisão estabelece a cisão parcial do patrimônio da Sociedade e posterior versão e incorporação da parcela cindida da sociedade pela

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Em milhares de reais					
	Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	80.000	121.057	12.104	-	388.780
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	60.803	60.803
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	60.803
Ganhos por variação de participação no capital de investidas	-	3.108	-	-	3.108
Variação cambial de investidas no exterior	-	(14.454)	-	-	(14.454)
Destinações do lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	3.040	(3.040)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 12)	-	-	-	(14.441)	(14.441)
Dividendos adicionais distribuídos (Nota 12)	-	-	-	(15.885)	(15.885)
Retenção de lucros	-	-	27.437	(27.437)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	80.000	109.711	15.144	203.056	407.911
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	1.296	1.296
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1,296
Variação cambial de investidas no exercício	-	(13.860)	-	-	(13.860)
Destinações do lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	65	(65)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (Nota 12)	-	-	-	(308)	(308)
Retenção de lucros	-	-	923	(923)	-
Dividendos adicionais distribuídos (Nota 12)	-	-	(512)	-	(512)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	80.000	95.851	15.209	203.467	394.527

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional: As atividades da Alopap Participações e Comércio S.A., ("Alopap" ou "Companhia") compreendem basicamente a administração de bens próprios e a construção e comércio de bens imóveis e principalmente a participação em outras sociedades. A Companhia é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede em Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais. Alopap é uma Holding que possui participação de 38% nas empresas Mineração Curimbaba Ltda. e GC Internacional Ltda. e, indiretamente, de suas respectivas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo Curimbaba" ou "Grupo"). A Companhia apresenta, em 31 de dezembro de 2023, capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 19.712 (R\$ 22.685 em 31 de dezembro de 2022), o qual deriva de dividendos a pagar aos próprios acionistas. Considerando a Companhia se tratar de uma empresa holding, sem passivos relevantes perante a terceiros e com lastro patrimonial superior ao valor da insuficiência de capital circulante, a regularização da mesma compete exclusivamente a uma determinação específica por parte de seus acionistas. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Alopap Participações e Comércio S.A., em 15 de maio de 2024.

2. Resumo das principais políticas contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **Mudança nas políticas contábeis e divulgações:** (a) **Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor** - As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: • Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. • Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. • Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia. **2.2. Conversão de moeda estrangeira:** (a) **Moeda funcional e moeda de apresentação** - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Alopap são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (milhares), que é a moeda funcional da Companhia. (b) **Transações e saldos** - As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receitas ou despesas financeiras. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4. Instrumentos financeiros** - A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado); e • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes incluem: • Títulos patrimoniais que não são mantidos para negociação no reconhecimento inicial e que a Companhia decidiu, de forma irrevogável, reconhecer nessa categoria. Esses investimentos são estratégicos e a Companhia considera essa classificação como sendo mais relevante. • Títulos de dívida, nos quais os fluxos de caixa contratuais consistem basicamente em principal e em juros e o objetivo do modelo de negócios da Companhia é atingido por meio da arrecadação de fluxos de caixa contratuais e da venda de ativos financeiros. A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: • Investimentos patrimoniais mantidos para negociação; e investimentos patrimoniais para os quais a entidade não optou por reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá da Companhia ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **2.5. Investimento em coligadas** - Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos

pelo seu valor de custo. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada. Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo Curimbaba. Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado. Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.6. Imobilizado** - Terrenos e edificações compreendem, principalmente, garagem, oficina e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Edificações	Anos
	25

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado. **2.7. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** - As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **2.8. Provisões** - As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.9. Capital social** - As ações são classificadas no patrimônio líquido. **2.10. Distribuição de dividendos** - A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia, que determina dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o lucro líquido ajustado nos termos da Lei 6.404/76. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. **2.11. Reconhecimento da receita - Receita financeira** - A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social. Presentemente, não há. **4. Gestão de risco financeiro:** **4.1. Fatores de risco financeiro** - A Companhia, como empresa holding, está exposta aos riscos financeiros oriundos das operações do Grupo Curimbaba. As atividades do Grupo Curimbaba o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo Curimbaba. O Grupo Curimbaba não usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela administração central juntamente com o Diretor Superintendente do Grupo Curimbaba. (a) **Risco de mercado** - (i) **Risco cambial** - O Grupo Curimbaba possui forte atuação internacional, principalmente através de suas controladas no Uruguai através da Mirfak, na Espanha através da Elfusa Trading SL, nos Estados Unidos através

continuação

ALOPAR PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO S.A. - CNPJ 20.692.513/0001-18

GC Internacional Ltda. O patrimônio líquido da Mineração Curimbaba Ltda. foi reduzido em R\$ 467.084 que passou a compor patrimônio da GC Internacional Ltda., com reflexo de R\$ 177.492 no investimento de 38% que a Companhia passou a deter sobre a mesma. (ii) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de novembro de 2023 foi aprovada a incorporação do patrimônio líquido da GC Internacional Ltda. para compor o capital social da Mineração Curimbaba com base no balanço apresentado em 31 de outubro de 2023. O Protocolo e Justificação de Incorporação da GC Internacional Ltda., para compor o capital social da Mineração Curimbaba Ltda. estabelece a incorporação do patrimônio da Empresa pela Mineração Curimbaba Ltda. ("Incorporação"). Aprovam a redução do Patrimônio Líquido de R\$ 443.669, mediante a incorporação de R\$ 443.669 para compor o capital social da Mineração Curimbaba Ltda., conforme rol de bens incorporados do Laudo de Avaliação. O acervo líquido incorporado pela Mineração Curimbaba é composto pelos saldos de investimentos da GC Internacional nas empresas.

	2023	2022
9. Imobilizado		
Edificações	470	470
Total	470	470
Depreciação acumulada	(70)	(60)
Total Imobilizado	400	410
10. Dividendos a pagar		
Larmac do Brasil S.A.	12.276	14.214
Bauxmar Participações Sociedade Simples	11.486	13.330
	23.762	27.544

11. Provisões de contingências: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas no montante de R\$ 930 (2022 - R\$ 930), e está discutindo essas questões nas esferas judiciais e administrativa, as quais foram consideradas com perspectiva de perda provável. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos. **(a) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço -** A Companhia não possui ações judiciais classificadas pela administração e seus consultores jurídicos como possíveis de se obter êxito com base na avaliação de seus consultores jurídicos. **12. Patrimônio líquido: (a) Capital social -** O capital social em 31 de dezembro de 2023 está totalmente subscrito e integralizado totalizando a R\$ 80.000 representado por 80.000.000 ações no valor nominal de R\$ 1,00 cada. **(b) Reserva legal e de retenção de lucros -** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. Após a constituição da reserva legal e da provisão dos dividendos mínimos obrigatórios, o saldo terá o destino que a Assembleia Geral determinar, tendo em vista a proposta da diretoria. **(c) Dividendos mínimos obrigatórios -** Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado em conformidade com a legislação societária brasileira e o estabelecido no estatuto social.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	1.296	60.803
(-) Reserva legal	(65)	(3.040)
Base de cálculo dos dividendos	1.231	57.763
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(308)	(14.441)
Total de dividendos destinados	(308)	(14.441)
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	23,75%	23,75%
(d) Distribuição de dividendos - Movimentação da conta de "Dividendos a pagar" está demonstrada abaixo:		
	2023	2022
Saldo inicial	27.544	17.073
Dividendos disponibilizados aos acionistas	820	30.326
Dividendos pagos	(4.602)	(19.855)
	23.762	27.544
Em assembleia geral extraordinária do dia 20 de janeiro de 2024, a Companhia aprovou distribuição de dividendos no montante de R\$ 512 mil.		
13. Despesas administrativas		
Serviços	(37)	(41)
Depreciação	(10)	(10)
Impostos e taxas	(1)	-
	(48)	(51)

DIRETORIA

Arnaldo Curimbaba - Diretor-Presidente **Onivaldo Horne Ferreira -** Diretor **Rafael J. H. Curimbaba Ferreira -** Diretor **Luiz Fernando Pancine -** CRC/SP 1SP 193.309/O-5 **Alexandra Cristina Aleixo -** CRC/SP 1SP 235.392/O-1

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas - Alopap Participações e Comércio S.A. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações financeiras da Alopap Participações e Comércio S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alopap Participações e Comércio S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva:** Conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, a Companhia apresenta excesso de reservas de lucros sobre o saldo de capital social. Até a presente data, os acionistas da Companhia não contemplaram, em assembleia geral, a previsão de destinação desse excesso para aumento de capital ou à distribuição de dividendos, o que faz com que a Companhia não esteja plenamente aderente ao que requer a Lei nº 6.404/76. Não nos foi possível estimar os impactos que essa não aderência integral aos requisitos da referida Lei pode ter sobre a Companhia e suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023, respectivamente. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada

apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para

planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das coligadas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Companhia. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 15 de maio de 2024
Fábio Abreu de Paula
 Contador CRC 1MG075204/O-0

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/E053-263E-04D8-9F99> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: E053-263E-04D8-9F99



Hash do Documento

iQ6NmxthV09HsVJ6qLrTy2msOb12+djYrHfsCZe0gg=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 04/06/2024 é(são) :

Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 464.189.546-53

em 04/06/2024 17:02 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA

INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

